

A educação patrimonial e suas práticas de incentivo às culturas locais

La educación patrimonio y sus prácticas para el fomento de las culturas locales

The heritage education and the incentive practices to local cultures

Recebido em 05-07-2015

Aceito para publicação em 16-02-2016

Luana Maria Cavalcanti Bispo¹

Resumo: A partir de uma perspectiva analítico-reflexiva, este artigo visa refletir sobre a contribuição da Educação Patrimonial no desenvolvimento das culturais locais, analisando suas práticas através de projetos e programas nas diversas regiões do Brasil que através da memória, do patrimônio material e imaterial das cidades e estados contribuem para o fortalecimento das identidades locais e o exercício de uma cidadania mais efetiva.

Palavras Chaves: educação; patrimônio; cultura; práticas.

Resumen: Desde una perspectiva analítica y reflexiva, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la contribución de la educación del patrimonio en el desarrollo cultural local, el análisis de sus prácticas a través de proyectos y programas en diferentes regiones de Brasil que a través de la memoria, el patrimonio tangible e intangible de las ciudades y los estados contribuyen al fortalecimiento de las identidades locales y la búsqueda de una ciudadanía más eficaz.

Palabras clave: la educación; patrimonio; la cultura; prácticas.

Abstract: From an analytical-reflexive perspective, this article aims to think about the contribution of Patrimonial Education in the development of local cultures, analyzing their practices through projects and programs in Brazil's many different regions that through memory, tangible and intangible heritage of cities and states contribute to the strengthening of local identities and the pursuit of a more effective citizenship.

Keywords: education; patrimony; culture; practices.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. E-mail: luanamcf@hotmail.com

1. Contextualização

A aceleração promovida pela globalização com efetiva participação da tecnologia tem retirado de cena práticas culturais que, aos poucos, estão sendo substituídas pelos aportes da modernização, fazendo, inclusive, com que as gerações mais recentes não tenham conhecimento sobre tradições, costumes, distanciando-se muitas vezes de elementos que fazem parte da História Local, do cotidiano e de sua identidade.

Isso demonstra a necessidade de ações que busquem fortalecer identidades a partir da memória, que, segundo Tedesco (2004), é a síntese da experiência, pois através dela há o contato com heranças culturais que dão suporte às raízes históricas. Quando ocorre um distanciamento com o passado, estabelece-se no presente uma lacuna na identidade, entendida como o que é igual e diferente ao mesmo tempo - mas no sentido aqui de caracterizar, unir elementos semelhantes em torno do coletivo - o que acaba por fragmentar, desvalorizar e enfraquecer culturas locais.

A Educação Patrimonial surge como prática transformadora que trabalha com a memória enquanto mediadora do patrimônio, seja ele material (construções físicas, objetos, fotografias, etc.) ou imaterial (expressões mais subjetivas como o fazer, o pensar, etc.) buscando fortalecer identidades e, conseqüentemente, promovendo um exercício de cidadania mais equânime, em que as pessoas exerçam seus deveres e direitos por se enxergarem como sujeitos e agentes indispensáveis na manutenção social, cultural, histórica da comunidade.

Entretanto, como colocar a Educação Patrimonial em campo? Onde a mesma pode atuar? As possibilidades de trabalho com a Educação Patrimonial são vastas, pois sua natureza diversa amplia os campos de atuação, podendo estar presente nas diversas modalidades e níveis de ensino, enquanto disciplina, tema transversal, a partir de programas e projetos de extensão, atuando em comunidades a partir de palestras, cursos, oficinas.

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do

patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema (ORÍÁ, 2005).

Destarte, a memória, a identidade e a cidadania são pilares basilares no trabalho com a Educação Patrimonial que busca a partir do contato com a memória fortalecer identidades locais visando um exercício de cidadania mais consciente, pois a dialética da memória, a partir da troca de experiências, entre o ir e o vir por tempos e espaços diversos proporciona um reconhecimento de si enquanto sujeito do lugar em que se pertence.

De maneira geral, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel da Educação Patrimonial no processo de fortalecimento das culturas locais, em que a memória é a protagonista no processo de conscientização histórica e cultural dos indivíduos enquanto sujeitos indispensáveis na manutenção e valorização de suas práticas culturais dos lugares em que habitam. Especificamente, visa-se construir um diálogo com a experiência da autora em um Projeto de Educação Patrimonial nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa durante os anos de 2010 e 2011, além de refletir sobre três outras experiências que são relatos de memória apresentados em artigos ou depoimentos em periódicos científicos. Deste modo, escolhi além da região nordeste do qual faço parte, exemplos de experiências nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste para refletirmos como a Educação Patrimonial enquanto prática de ensino vem se incorporando no Brasil.

2. O diálogo com a cultura local

Os costumes, as tradições, os patrimônios de natureza tangível ou intangível de uma determinada sociedade, sejam eles reconhecidos ou não, fazem parte de uma teia de significados tecidas pelo homem que dão rumo a existência humana e que Geertz (1989) chama de Cultura.

Diante da diversidade, da capacidade de impressionar, de convidar o outro para conhecer o que é desconhecido e através do processo de aculturação, é que se estabelece uma apropriação indevida que prioriza tão somente a cultura enquanto mercadoria, transformando-a em simulacros e descaracterizando-a de suas raízes.

Segundo Hobsbawn (1995), vivemos a partir do segundo milênio um processo social de destruição do passado, e, junto a isto, uma maior preocupação com a memória, uma necessidade de escrevê-la, de narrá-la, de registrá-la antes que as gerações futuras esqueçam o tempo e o espaço de onde vieram. É uma urgência que tem impulsionado pesquisadores das mais diversas áreas a estudar sobre e através das memórias, em busca de adentrar nessa amálgama das experiências que podem tornar-se invisível se não houver interesse em recuperá-las. Em todo o mundo há uma emergência do trabalho com a memória, em que seus elementos sinestésicos são capazes de “como uma onda de recordação se espalhar em toda a parte, ligando firmemente a lealdade ao passado – real ou imaginário – e a sensação de pertencimento e consciência coletiva e autoconsciência. Memória e identidade” (Nora, 2009, p. 6).

Durante o passado, a exemplo do século XIX, a memória que se tinha contato através da História, era a oficializada pelos feitos políticos, pelos ícones do poder que criavam uma ideia homogeneizada de nacionalidade e cristalizavam-se através dos monumentos erguidos em praças públicas. Uma memória restrita a elite brasileira consubstanciada pelo desejo de manipulação e manutenção do poder local.

A ideia de patrimônio nada mais era que monumentos, obras de artes e grandes construções, por sinal, obras raras que saltavam aos olhos dos colecionadores, de uma elite letrada, excludente e restrita a intelectuais que delegavam ser ou não ser patrimônio histórico, artístico.

Segundo o Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional – (SPHAN), primeiro órgão criado em 1937 para inspeção, preservação e promoção do patrimônio a partir dos ideais de tradição e civilização, entendia-se por patrimônio o

(...) conjunto de bens móveis e imóveis (...) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Com o tempo, mais precisamente na década de 1980, a noção de patrimônio foi se ampliando e contemplando a pluralidade de elementos, de gêneros que envolvia a diversidade cultural brasileira, inclusive, a própria expressão também flexibilizou-se, passando de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, a fim de abranger as práticas mais subjetivas como saberes e fazeres que também são patrimônios nas suas mais variadas formas, expressões coletivas repassadas de geração para geração.

O próprio significado de “patrimônio” vem do latim “pater” que são bens advindos dos pais, repassados de geração para geração. Mas, nem sempre esses bens são de natureza material, há aprendizados ritualísticos, receitas, danças, heranças que caminham por gerações através das tradições, pois, diferentemente dos costumes, segundo Hobsbwan (1997), podem ser (re)elaborados na sua capacidade motor e volante, possuem natureza e objetivos diferentes, a começar pela invariabilidade, impõe práticas fixas, tal como a repetição, agregando valores familiares, identificando-os entre si, unindo-os.

Esta ampliação do conceito de patrimônio permitiu que a cultura da chamada massa anônima, composta por pessoas comuns, pudesse ter visibilidade não apenas para a população exógena, fora da comunidade local, mas para a própria comunidade que passou a visualizar-se como sujeitos da história e da cultura do lugar em que fazem parte, pois “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele” (Bloch, 2001, p. 79). Segundo Aguierre (2008, s/p):

Si adoptamos una idea de cultura baseada em el cambio y la transformación, estaremos abriendo nuevas vías em la cuestión del patrimonio; estaremos impulsando una Idea de patrimonio que no solo se sustenta em lo que ya ha sido,

sino que se articula com lo que está siendo; uma Idea de patrimonio que no gira em torno a lo que las cosas o las ideas significaron algún dia, sino a lo que significan para sus usuarios hoy.

Entretanto, esse trabalho interno com as comunidades não cessou. Com a ausência de uma apropriação adequada, em que se trabalhe o direcionamento do olhar para o patrimônio, ele vem sendo reconhecido a partir da valorização do patrimônio na maioria das vezes – tão somente – enquanto mercadoria de consumo para o turismo, pois o patrimônio material ou imaterial são elementos que potencializam o desenvolvimento econômico, social das localidades, comunidades, cidades, estados.

Quando afirmo (e temo) que o mesmo seja visto “tão somente” como mercadoria, não estou querendo eximi-lo de sua contribuição no desenvolvimento dos lugares, bairros, cidades, estados, pois estou ciente que fazemos parte de um sistema capitalista. Estamos preocupados com a manipulação restrita das comunidades que se apropriam dos espaços de memória sem identidade com os mesmos, sem um trabalho de conscientização e valorização da cultura local que sensibilize os seus agentes com relação à importância do Patrimônio Histórico Cultural, não somente para sua renda familiar, mas para sua identidade histórica. A atividade turística pode e deve trabalhar numa perspectiva além da mercadológica, a partir de políticas públicas que contribuam com a consciência histórica do morador, do agente de turismo, que não se reconhece enquanto sujeito do lugar que ele faz parte. Afinal,

(...) sujeitos, agentes, autores da [nossa] própria memória. Por que não [o Estado] oferecer condições para que possam[os] criar formas de registro e preservação da [nossa] memória, da qual [somos] os sujeitos? Por que não [o Estado] oferecer condições teóricas e técnicas para que, conhecendo as várias modalidades de suportes da memória (documentos, fotografias, filmes, objetos, etc.), possam[os] preservar [nossa] própria criação como memória social? (CHAUÍ, 2009, p. 44).

Por sinal, este é um problema que deve ser pensando a partir da História enquanto disciplina escolar, da relação do ensino com a realidade do aluno, pois as metanarrativas presentes

nos livros de história que serviam/servem de aporte teórico para seu ensino estavam preocupadas em consolidar os grandes feitos, os ícones da história que permaneciam no tempo a partir dos fatos por eles estabelecidos diante de um ideal de nacionalidade homogêneo, criado pelos moldes do Estado e repassados sem quaisquer estímulo do senso crítico, mas pelo estigma da matéria decorativa que a história enquanto disciplina sempre foi. À disciplina História cabia apenas ensinar a decorar fatos e datas, sem contestações da realidade.

O trabalho com o patrimônio não pode ser uma simples acumulação de conhecimentos. Ele deve ajudar à estruturação do tempo e do espaço, a desenvolver a educação dos sentidos e, mais particularmente, a capacidade de ver, a despertar a curiosidade, a partir para a descoberta do outro. Além desses, há objetivos muito ambiciosos mas estimulantes: tornar o aluno mais responsável, levá-lo a fazer escolhas, propor uma reflexão crítica, apropriar-se do território em que vive (...) (ICHER *apud* LONDRES, 2008, p. 158).

O Ensino de História através de uma natureza interdisciplinar pode contribuir com o fortalecimento das culturas. Entretanto, nem sempre essa preocupação com o local existiu, era provinciano demais dar espaço a pequenos recortes, aglomerações urbanas, ou seja, comunidades, cidades e até mesmo as práticas peculiares como saberes, costumes que estavam fora do cenário nacional, afinal, por muito tempo, o Brasil foi terra dos Paulistas, dos Mineiros, dos Cariocas, devido à representatividade política da região Sudeste.

Enquanto prática, a educação sozinha não é capaz de transformar o mundo, mas sem ela também não há mudança, através dela é que se forma, que se instrui, principalmente na Educação de Base, enquanto esta for falha, o reflexo repercutirá por todos os outros estágios. Por isto, trabalho de conscientização, valorização e reconhecimento das culturais locais é proveniente de uma Educação de Base que é contínua e agregadora, principalmente no que compete ao ensino de História.

Cabe ao professor, (...) aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo História. Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele mais terá vontade de

interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”. (PINSKY & PINSKY, 2005, p. 28).

Essa aproximação da História ensinada com a realidade do aluno é parte integrante no trabalho com a cultura local, pois o processo de estimular o indivíduo a se ver como sujeito histórico, de visualizar a rua da sua casa, a praça da sua comunidade, as festividades do bairro, a igreja, a mercearia, ou seja, o próximo, o vivido como patrimônio, estimula a conscientização cultural e histórica. Esta não deve ser imposta, mas reconhecida, revelada por práticas que se preocupem em fazer o indivíduo refletir, registrar, conscientizar e preservar, afinal, o processo de valorização da cultura local proporciona apropriação na maneira de olhar, de receber e disseminar a cultura, pois o que passa a existir é um reconhecimento, um sentimento de pertença. Afinal,

(...) monumentos e cidades históricas, patrimônios arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade (CHAOY, 2006, p. 205).

Na perspectiva de sensibilizar, conscientizar os cidadãos através da cultura local é que entra em cena a Educação Patrimonial, partindo do princípio de que o trabalho com a memória estimula o diálogo com o passado e pode construir um reconhecimento por meio das atividades cotidianas, do corriqueiro: são parte da identidade local e construto da História, como forma de perpetuar quem são, o que fazem, afim de que não caiam no esquecimento.

3. Educação patrimonial do conceito à prática.

Desde a década de 1940 as ações de Educação Patrimonial existiam, a exemplo das que ocorriam em Minas Gerais voltadas para a conscientização cultural, a valorização e

preservação do patrimônio, mas a expressão Educação Patrimonial só veio a ser introduzida no Brasil no ano de 1983, no 1º Seminário sobre o Uso de Museus e Monumentos realizado no Museu Imperial de Petrópolis. No entanto, no ano de 1996, Maria de Lourdes Parreira Horta, Eveline Grumberg e Adriana Queiroz lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial² que serviu como material de apoio às ações de Educação Patrimonial durante alguns anos, quando o conceito de Educação Patrimonial por elas elaborado começou a ser repensado (IPHAN, 2014).

Inicialmente, a Educação Patrimonial foi definida como um processo de alfabetização cultural criado por Horta (1999), que estava relacionado ao conceito criado na Inglaterra denominado de *Heritage Education*, entretanto, ao longo do tempo e das revisitações teóricas, este entendimento que levava a expressão alfabetização cultural foi sendo eliminado, tendo em vista que o homem não passa a ter formação cultural através da Educação Patrimonial, mas ele já nasce imerso na cultura, pois “a cidadania cultural é um direito de todos em uma democracia plena, pois todos somos produtores de cultura.” (Souza, 2014, p. 42).

Hoje, a Educação Patrimonial é vista como uma ação de fortalecimento das identidades através de práticas educativas que sensibilizam olhares a partir do trabalho com a memória. Esta visa a conscientização, e, conseqüentemente, a apropriação do jeito de olhar, de conhecer, de pertencer na relação do sujeito com a cultura local, o patrimônio presente em sua comunidade, gerando a preservação espontânea, na qual o cidadão se valoriza por reconhecer que bens materiais, saberes e fazeres, entre tantas outras expressões, fazem parte da sua História.

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade - não somente por alguns - e, para a aquisição e uso de conceitos e habilidades em situações reais, que conservem a transmissão de sua cultura a gerações posteriores (FRATINI, 2009, p. 3).

² Mais informações: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17591&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 30 de Junho de 2015.

Ou seja, ela surge para romper com a noção de cultura elitista, em que o popular, entendido aqui como ações, práticas, saberes que vêm do povo, de modo geral, também é cultura na sua natureza diversa de existir e se relacionar.

Segundo o Instituto de Patrimônio, Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) órgão responsável pela gestão, proteção, promoção e manutenção do patrimônio,

(...) a Educação Patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA *et. al.*, 1999).

O que entender por patrimônio? Há concepções construídas em torno tão somente da materialidade, que é quando se pensa que patrimônio é apenas um bem tombado e reconhecido pela legislação vigente, que o salvaguarda mediante um tombamento, um processo institucional de preservação oficial devido ao valor histórico, artístico, cultural, arqueológico de determinado objeto e/ou construção não podendo após o tombamento sofrer alterações em sua natureza. Todavia, ao se reportar ao termo patrimônio neste trabalho se faz abrangência a objetos, construções, manifestações, saberes, fazeres que são referenciais a uma determinada sociedade, que caracteriza a coletividade e a reporta a tempos diversos.

Mas, que tipo de prática a Educação Patrimonial realiza a partir do trabalho com a memória, que visa o fortalecimento da identidade e o exercício da cidadania?

Entendo por prática educacional um exercício de instrução, transmissão e recepção através de uma determinada atividade na busca da formação, da apropriação do conhecimento por parte do indivíduo para lhe dar com determinada demanda, nesse caso, com a cultura local

que ele faz parte. Do ponto de vista social, a prática é vista como “a participação num conjunto de ações, inteligíveis à luz dos pressupostos que as informam, orientadas para fins partilhados por todos os membros da comunidade envolvida em tais ações, e definindo-se pelos meios adotados para a realização” (Harris *apud* Reed, 1997, p. 27).

As práticas da Educação Patrimonial são alimentadas pelas práticas sociais que fazem parte da cultura de um determinado coletivo, tendo em vista a representação que elas estabelecem na vida destes. As práticas educacionais são norteadas pelo conhecimento prévio da comunidade, pois o contato com a memória proporciona reflexões aos indivíduos sobre sua participação no bairro, na comunidade, a fim de que eles se reconheçam e se identifiquem nas experiências e, conseqüentemente, apropriem o conhecimento a partir de uma consciência histórica. É necessário que o morador se visualize na comunidade a que pertence, não como um membro qualquer, mas como um membro que tem sua participação dentro do coletivo, tendo como uma de suas funções sociais a transmissão, valorização e a preservação da cultura, ou seja, de sua própria História.

Os indivíduos devem ser envolvidos desde a construção até a efetivação dos projetos de Educação Patrimonial, principalmente quando as atividades são desenvolvidas na Escola. Não se deve apenas dar conhecimento ao professor que o projeto existe e precisa ser levado para dentro ou fora da sala de aula, mas é necessário envolvê-los na sua elaboração, para que se possa construir coletivamente os fins e os meios, pois só assim serão quebradas as resistências e estranhamentos daqueles que pensam de maneira estanque: pronto e acabado.

Em diversos estados brasileiros, conforme se apresentará a seguir, estão sendo colocados em campo projetos, programas de Educação Patrimonial em várias instâncias, envolvendo a comunidade em atividades baseadas no diálogo com a memória, em que as práticas de observação, exploração, registro e apropriação são constantes no processo de (re)significação do olhar.

A primeira experiência a ser relatada diz respeito ao Projeto de Educação Patrimonial “O Futuro Visita o Passado”, vinculado a Secretaria de Educação Municipal de João Pessoa no

Estado da Paraíba, onde atuei como estagiária do curso de História em 2010 e como coordenadora em 2011.

O projeto foi desenvolvido com alunos e professores das escolas da rede municipal do 5º ao 9º ano. No primeiro ano de atuação foram contempladas 93 Escolas, com um total 18 mil alunos. De natureza interdisciplinar, o projeto era mediado por alunos dos cursos de História, Turismo, Arquitetura e Geografia que cotidianamente levavam os alunos nos dois turnos (manhã e tarde) ao Centro Histórico da Cidade, num percurso fixo em que a História dos lugares, a Geografia e a Arquitetura era refletida diante das chamadas aulas de campo.

Entretanto, essa experiência piloto serviu de base para verificar as práticas que não deram certo para que no ano posterior não viessem a ser repetidas. A primeira delas diz respeito à preparação dos professores, pois estes também acompanhavam as atividades no Centro Histórico, porém, muitos deles, abandonavam as atividades no meio do percurso no centro da cidade, área que se localiza o Centro Histórico, deixando os seus alunos sozinhos com os estagiários. Isto demonstrou que a participação dos professores desde a construção do projeto era fundamental, as capacitações não davam conta, pois há uma gama de projetos e programas exigidos pelo governo e repassados para eles durante estas capacitações. Resistências eram travadas e com razão, afinal, as atividades eram impostas sem qualquer envolvimento na construção das propostas.

Esta sensibilização prévia também foi necessária com os alunos, estabelecidas com aulas expositivas, oficinas que pudessem tratar o antes e o depois. O antes da aula de campo seria o trabalho com conceitos de memória, patrimônio, monumento, para que eles pudessem se situar de onde estavam indo, de qual o sentido de estar ali, para que a Memória, a História relatada durante a aula de campo não fosse relegada a ideia de um passeio de contemplação. Enquanto “o depois” seria o momento de registro, em que eles pudessem retornar com produções feitas a partir de pinturas, poemas ou qualquer outra habilidade, a fim de que tivéssemos contato com o que aquela aula de campo, o contato com a cultura, a história de sua cidade representou, e o fez se reconhecer.

Percebia que mesmo morando na cidade e, até mesmo, em bairros fronteiriços com o Centro Histórico, os alunos não tinham conhecimento da sua existência, muitos deles sequer tinham passado por lá, e aqueles que conheciam não sabiam da relevância que aquelas construções, aquele espaço tinham para cidade.

No ano seguinte, já enquanto coordenadora, foram efetivadas algumas mudanças, a começar pelo trabalho de sensibilização em sala de aula, ou seja, antes de irem para a aula de campo, os alunos tinham oficinas com vídeo aulas, fotografias, em que os estagiários trabalhavam previamente com os conceitos, os símbolos, os signos que seriam abordados em campo.

Todavia, era notório que o processo de Educação Patrimonial estabelecido replicava o modelo elitista no qual se visava superar. A partir do momento em que aquelas crianças e adolescentes eram levados ao Centro Histórico, um patrimônio histórico cultural de elite estava sendo exclusivamente priorizado. E onde ficavam as ruas dos bairros? A praça que retém experiências das mais diversas épocas da vida? A antiga mercearia? A quadrilha junina? A tapioca ou o Beiju de Goma da “Dona Maria”? O mercado público?

Era necessário repensar o projeto, propor ações de sensibilização e de trabalho com a comunidade local no qual as escolas estão situadas, em que a noção de patrimônio viesse a ser trabalhada a partir da realidade dos educandos. Não pude proceder com as reformulações, pois não continuei no projeto, mas o projeto continuou até 2013 com o mesmo perfil da sua formação de 2012.

Já na região Sul, no município de Joinville, o Museu Arqueológico de Sambaqui fundado em 1972, tem realizado ações de Educação Patrimonial através da capacitação com professores, atividades com alunos do Ensino Formal, mas, principalmente, com os alunos da Educação Infantil (5 e 6 anos) que costumavam visitar o museu por iniciativa das escolas que erroneamente, costumavam/costumam levar os alunos no dia do índio ao museu com a finalidade de que eles possam conhecer os chamados “homens da caverna”.

Preocupados em romper com essa ideia retrograda e desapropriada, o Museu enquanto espaço de memória e aprendizagem, começa a repensar suas práticas visualizando a partir

de uma perspectiva dialética, ou seja, um lugar em que essas crianças pudessem não apenas visitar, mas vivenciar, experimentar, tendo em vista que

(...) a problemática da preservação patrimonial extrapola a questão dos Sambaquis, permitindo ao grupo uma reflexão mais aprofundada sobre as diversas categorias de patrimônio, bem como, as responsabilidades individuais e coletivas que todos temos sobre esses bens (SOUZA; WEIERS, 2010, p. 28)

No trabalho de Souza e Weiers (2010) eles relatam a experiência no Museu a partir da sua relação com a Educação Patrimonial, em que as práticas efetivadas para o processo de conscientização e, conseqüentemente, do despertar da preservação são realizadas de maneira lúdica a partir da divulgação dos valores culturais articulados com as experiências de vida dos participantes, proporcionando uma abertura ao trânsito das memórias, através do falar e do ouvir. Segundo os autores,

(...) organizamos o Projeto de Atendimento ao Público de Educação Infantil em cinco momentos, sendo, teatro de fantoches, visita à exposição e demais espaços do MASJ³, atividade de senso-percepção, lanche e oficina de artes (SOUZA; WEIERS, 2010, p. 32).

Estas atividades desenvolvidas no museu proporcionam a quebra de uma visão estanque, de que o museu é um lugar sem vida, feito para contemplação de objetos, sem que ocorra troca de experiências. Para os autores, membros do Projeto de Educação Patrimonial no Museu, o maior desafio

(...) é contribuir para que as crianças desenvolvam e construam suas referências tornando-se autônomas e, elegendo naturalmente, os museus e outros espaços públicos de memória como espaços importantes de construção de relações sociais e de formação de sua identidade cidadã (SOUZA; WEIERS, 2010, p. 34).

³ Museu Arqueológico de Sambaquis de Joinville.

Outra experiência, desta vez na região Sudeste, encontra-se na seção depoimento da Revista Cadernos de História, volume 6 e número 20 em que os relatos de Faleiro e Rangel (2013) trazem as experiências desenvolvidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – (IEPHA/MG) no âmbito da Educação Patrimonial, em que ocorre envolvimento da comunidade nas atividades de conscientização, promoção e preservação do patrimônio.

Capacitações com professores, elaboração de materiais didáticos como jogos de memória (imagens de patrimônios culturais), fotografias, mapas, cartões postais são algumas das atividades desenvolvidas por técnicos do IEPHA/MG que estavam distribuídos em vários municípios do Estado. Com estas atividades distribuídas através de cinco fases, comunitária, criativa experimental, metodológica, explorativa e normativa foi

(...) possível perceber um avanço das iniciativas da educação não formal em ambientes culturais, tendo em vista não apenas a preservação dos bens materiais, mas também dos valores agregados às escolas, à oralidade, às histórias vivas das regiões, à culinária, aos modos de vida (FALEIRO; RANGEL, 2013, p. 189)

Vale salientar que Minas Gerais é um dos redutos de maior incentivo à política de preservação do patrimônio histórico brasileiro, pois tem em seus espaços, diversos legados deixados pelo tempo colonial, cidades inteiras como Sabará, Ouro Preto, Mariana mergulhadas na História.

Em 2006, o Estado elaborou um programa de nome “Trens de Minas” a partir de ações voltadas para a Educação Patrimonial que tinha como propósito “a proteção do acervo ferroviário mineiro. Desenvolveu várias ações educativas como cursos, palestras, fóruns, atendimentos presenciais ou à distância, produção de informativos, histórias e jogos” (Faleiro; Rangel, 2013, p. 198).

No exercício da fase exploratória foi implantado no ano de 2006 nos municípios pilotos Paracatu e Pitangui em Minas Gerais, o *Programa Educação Memória e cidadania*, em que foram trabalhadas as manifestações culturais das comunidades, atentando para a efetiva

participação da sociedade no processo de preservação “(...) uma vez que a preservação é responsabilidade de todos aqueles que vivenciam os saberes, fazeres e lugares que formam o rico emaranhado cultural local” (Faleiro; Rangel, 2013, p. 199).

De acordo com os autores Faleiro e Rangel (2013), a comunidade de ambos os municípios estão envolvidas e dedicadas nas práticas dos vários projetos⁴ construídos com a comunidade e os órgãos do Estado.

Durante a fase metodológica foram repensadas algumas metodologias de implantação que estavam sendo descontínuas e provocando uma fragmentação no processo, sem que houvesse retorno às comunidades, tanto é que no ano de 2007 na cidade de Paracatu, aconteceu uma exposição com “os resultados alcançados no decorrer dos meses e uma avaliação coletiva para, posteriormente, ser dada continuidade aos trabalhos, uma vez que a Educação Patrimonial deve ser adotada como uma prática permanente” (Faleiro; Rangel, 2013, p. 198).

A quarta e última experiência vem sendo desenvolvida na região Centro Oeste pela Fundação de Cultural do Mato Grosso do Sul, de nome “Educar para proteger” em torno de práticas que levam alunos e professores de cinco municípios a terem vivências “de ações de educação patrimonial, que favorecem o reconhecimento do passado, a compreensão do presente e geram ações sobre tal patrimônio” (Santos, 2003, p. 2).

O Projeto Educar para aprender está baseado na exigência feita pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB)⁵ que define que a parte diversa dos currículos tem que contemplar as peculiaridades e características regionais e locais conforme também já consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, por isso, a Educação Patrimonial ainda não é considerada

⁴ “Pesquisando a Comunidade Quilombola Família dos Amaros”; “Descubra Paracatu: paracatuense”; “Consciência patrimonial”; “O Resgate da memória do núcleo histórico”; “Literatura paracatuense” e “Caretada na escola”.

⁵ BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996, Seção I, p. 27833-41.

como disciplina, mas atua como tema transversal através de programas e projetos nas Escolas com natureza interdisciplinar.

Há uma mudança de abordagem a cada ano no projeto, por exemplo, em 2009 a proposta do Projeto Educar para Proteger foi voltada para o patrimônio material ferroviário, foram trabalhados conceitos, teorias com a finalidade de facilitar o processo de conhecimento por meio do processo de ensino-aprendizagem, “que resultou na publicação de material didático, compreendendo um livro e um DVD (Viagem no Trem do Pantanal)” (Santos, 2003, p. 4).

Em 2010, o projeto teve como tema a culinária do Estado do Mato Grosso, a partir de reflexões sobre as influências no desenvolvimento das comidas, de como surgiram os hábitos alimentares que tiveram interferências do Paraguai e Uruguai, áreas fronteiriças, ou seja, reflexões sobre a cultura de sabores fundida em costumes e tradições. Durante o ano de 2011 foi a vez das palavras e das imagens, em que a arte literária, as fotografias, as pinturas através de práticas culturais que foram fundidas à educação tiveram o papel de sensibilizar sobre a importância dessas manifestações à localidade.

O Patrimônio Natural teve sua vez no ano de 2012 com ações realizadas no Geopark Bodoquena -Pantanal, paisagem cultural do Estado de MS, em que “O Geopark Bodoquena uma vez que evidencia a cultura, a economia, a ciência e o turismo local/regional, considera primordial o respeito de que o indivíduo é sempre o principal agente de seu desenvolvimento.” (Santos, 2013, p. 4).

Embora o trabalho de Santos não traga essa informação, o projeto continuou além de 2012, incluindo em 2013 a proposta de trabalhar com “Sons e Tons do Mato Grosso do Sul”⁶, em que a música foi contemplada durante as ações de Educação Patrimonial enquanto patrimônio, dando ênfase aos artistas locais, aos ritmos, aos instrumentos e danças, inclusive, o projeto terminou com um festival de música estudantil.

⁶ Mais informações: <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=150&id_comp=1411&id_reg=198750&voltar=home&site_reg=150&id_comp_orig=1411> - Acesso em 06 de Junho de 2015.

Na sua sexta edição, no ano de 2014 teve como tema o “Mato Grosso do Sul em Festa”⁷ em que as manifestações culturais, consideradas como patrimônio imaterial estão sendo estudadas, conhecidas e vivenciadas.

Estas ações de Educação Patrimonial nos levam a refletir sobre os passos e os espaços que ela vem ocupando ao longo dos anos, pois mesmo diante de suas dificuldades financeiras, de formação, de resistência por parte de educadores e educandos, a cultura local, a história, a memória das comunidades, das cidades tem saído da Legislação, das prescrições curriculares para a prática de ensino.

Além destas ações, o quadro abaixo apresenta outras ações de Educação Patrimonial que estão sendo desenvolvidas no nosso país, demonstrando que as iniciativas vêm crescendo ao longo do tempo, principalmente devido aos incentivos financeiros repassados pelo Governo Federal a partir de iniciativas do Programa Mais Educação, que tem como lema “mais cultura nas escolas”.

Nome do Projeto	Ano de criação	Entidades	Disponível em:
Projeto de extensão Educando para o Patrimônio Cultural	Sem ano.	Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Realizado no Campus do Município de Cidade Alta.	http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcidadealta/noticias/educando-para-o-patrimonio-cultural
Conhecendo Minha Cidade	2003	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ –MG	http://www.ibirite.mg.gov.br/attachments/2044_PROJETO%20EDUCACAO%20PATRIMONIAL%202011[1].pdf
Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural (Laboep)	2003	Desenvolvido pela Faculdade de Educação da UFF	http://www.laboep.uff.br/

⁷ Mais informações: <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=150&id_comp=1411&id_reg=228033&voltar=home&site_reg=150&id_comp_orig=1411> - Acesso em 06 de Junho de 2015.

Educação Patrimonial em Londrina	2005	LONDRINA – PR	http://www.educacaopatrimonial.com.br/#-
Memória João Pessoa	2006	O portal Memória João Pessoa é resultado de um Projeto de Extensão vinculado ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba	http://www.memoriajoao.pessoa.com.br/
Educação Patrimonial: Salobo	2007	Desenvolvido pelo Museu Paraense. A área do Projeto Salobo (mineradora que explora cobre nessa região) situa-se na Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri (FLONATA), no município de Marabá, sudeste do estado do Pará na região de Carajás.	http://marte.museu-goeldi.br/arqueologia/patrimonial%20salobo/localizacao.html
Projeto Patrimônio, memória e educação: descobrindo nossos tesouros de identidade	2008	Desenvolvido BNB e BNDES através do programa BNB de Cultura no Município de Cruzeta, RN	http://patrimonioculturalcruzeta.blogspot.com/2010/09/importancia-da-iniciativa-iniciativa-de.html
Educação Patrimonial	2009	Desenvolvido pelo SESC Paço da Liberdade	http://www2.sescpr.com.br/curso.php?getCurso=14746
Projeto de Educação Patrimonial e Construção de Cidadania: “A Escola Por dentro da História”	2010	Desenvolvido por escola estadual do município de Icó, CE	http://forumcentrovale.blogspot.com/2011/06/projeto-de-educacao-patrimonial-de-ico.html
Educação Patrimonial e Artística (EPA)	2012	Secretária de Educação do Estado da Bahia	http://institucional.educacao.ba.gov.br/EPA
Projeto Educação Patrimonial e Ambiental no Palácio Piratini	2012	O projeto é desenvolvido em parceria das secretarias estaduais da Educação (Seduc) e do Meio Ambiente (Sema), Casa Civil e Emater. Piratini, RS	http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_d et.jsp?ID=11390

Plano Municipal de Educação Patrimonial de Olinda (PMEP)	2013	Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Olinda junto à Sociedade Civil.	http://pt.slideshare.net/secomolinda/plano-municipal-de-educacao-patrimonial-de-olinda-pmep-julho-de-2013
Programa de Educação Patrimonial em Arqueologia (Pepa)	2013	Realizado pelo IPHAN de Rondônia.	http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/pequenos-fiscais
Projeto de Educação Patrimonial para os Docentes da Rede Pública de Ensino de São Borja-RS	2014	Projeto de Extensão vinculado a UNIPAMPA de São Borja, RS	http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proextprojetos/2014/12/03/projeto-de-educacao-patrimonial-para-os-docentes-da-rede-publica-de-sao-borja-rs/
Projeto Vitória Patrimônio em Cores	2014	Este projeto é uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda de Vitória (SEMTRRE), a Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), a Secretaria Estadual de Educação (SEDU) e o Instituto Goia.	http://www.institutogoia.org/pgn/1628980/noticias-educacao-patrimonial-no-centro-historico/

4. Considerações finais

Quando pensei em elaborar este artigo, não visei trazer resultados, mas despertar, instigar uma reflexão quanto à participação dos bens culturais no processo educativo das pessoas, de como ele pode e vem sendo pensando ao longo do tempo.

No decorrer da estruturação desse artigo, revisei muitos elementos, inclusive, a possibilidade de se construir um guia de fontes que auxilie quem tiver interesse em trabalhar com a Educação Patrimonial a ter conhecimento da diversidade de projetos que estão sendo colocados em prática no nosso país. Isto é um trabalho que demanda tempo e não caberia no limite de páginas aqui exigido, nem no tempo estabelecido, mas ensaio uma

proposta quando trago um pequeno mapeamento das ações que estão acontecendo em diversos municípios e estados das diferentes regiões do Brasil.

Percebo que na última década tivemos um crescimento no número de projetos e programas de diversas naturezas de gerenciamento, surgindo de instâncias como as municipais a projetos de extensão nas Universidades Federais. E, por que isso vem acontecendo?

Em primeiro lugar, como mencionei nos primeiros parágrafos, porque está começando a surgir uma preocupação com a valorização do passado a partir não apenas de políticas públicas de preservação, por muito tempo trabalhadas de maneira impositiva, mas porque tem se pensado no Patrimônio Histórico Artístico Cultural através de seus valores cognitivos, estéticos, éticos, que estão além do palpável, mas que perpassa pelo interesse público, pela possibilidade de sentir, de pensar, de se aproximar do que muitas vezes parece estar tão longe. É o indivíduo sendo levado a pensar, a interagir como sujeito da História da sua cidade, do seu bairro, do seu estado, este mesmo indivíduo que antes era apenas expectador. Este trabalho, “mais de perto e de dentro”, desperta afetividades, pois o indivíduo começa a se reconhecer, a se enxergar como parte indispensável na preservação, conscientização e valorização da sua cultura, da sua história, da sua memória.

O segundo ponto é que o Governo Federal tem possibilitado a criação de programas como o “Mais Educação⁸” que incentiva o desenvolvimento de projetos por parte das escolas, dos municípios através da abertura de editais e repasses de verbas que contemplam atividades culturais, tais como a Educação Patrimonial. No último edital, do ano de 2014, foram contemplados 5.000 projetos culturais. Paralelo a isso, o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN também vem trabalhando com as Casas do Patrimônio⁹, empenhando-se em estabelecer a Educação Patrimonial a partir de diversas parcerias, diálogos e reflexões, como os Cadernos Temáticos, as cartilhas que estão sendo publicados por algumas regionais, a exemplo da Casa do Patrimônio de João Pessoa – PB.

⁸ Mais informações no site: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>> - Acesso em: 29 de outubro de 2015.

⁹ Mais informações disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>> - Acesso em: 29 de outubro de 2015.

A Educação Patrimonial através de práticas educacionais que visam um trabalho com o coletivo entra em cena para conduzir, encaminhar políticas de conscientização que esteja muito além daquelas estipuladas em leis ou decretos, mas que sejam elaboradas e efetivadas junto as comunidades locais que são as detentoras do saber, da memória do lugar, da História que pode e deve ser construída a partir da experiência, dos relatos colhidos pela metodologia da História Oral e mediados por fontes de naturezas oficiais ou não.

Hoje, vivemos numa realidade em que muitos buscam uma contracultura, agindo na contra mão das raízes históricas, por instituição de novos espaços, por idealizações pós-modernas que sucumbem a consciência histórica, que apaga os traços e os vestígios de um passado que pode estar presente e ter sua funcionalidade, esses projetos de Educação Patrimonial estão resignificando olhares, buscando trabalhar com símbolos que são a representação de uma determinada sociedade, fortalecendo a autoestima e resgatando a dialética dos saberes, em que o conhecimento não é apenas transmitido de cima para baixo, mas compartilhado através daquilo que se diz e se ouve.

5. Referências

AGUIRRE, Imanol (2008). “Nuevas ideas de arte y cultura para nuevas perspectivas en la difusión del patrimonio”. In: Aguirre, Imanol *et. alli*. **El acceso al patrimonio cultural. Retos y debates**. Cadernos da Cátedra Jorge Oteiza: Universidade Pública de Navarra, Espanha.

BLOCH, Marc (2001). **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BRASIL. **Decreto-lei de nº25, 30 de novembro de 1937**. Organização do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 06 de Junho de 2014.

CHAUÍ, Marilena (2009). **Cultura e democracia**. (Coleção Cultura é o quê? Vol.1). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon.

HOBBSAWN, Eric (1995). **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) (1997). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra.

CHOAY, Françoise (2006). **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP.

FALEIRO, Rodrigo Flavio; RANGEL, Carlos Henrique (2013). "Educação patrimonial: uma abordagem empírica, didática e criativa". In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.14, nº 20, pp. 118-211.

FRATINI, Renata (2009). Educação patrimonial em arquivos. **Revista Histórica Eletrônica**, n. 34, janeiro, Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao34/materia05/>> - Acesso em: 06 de Junho de 2015.

GEERTZ, Cliford (1989). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan.

GRUNBERG, Evelina (2007). **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN.

HORTA, Maria de L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. (1999). **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN.

IPHAN. **Educação patrimonial: história, conceito e processos**. Disponível em: <https://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/educapatrimonialweb_final_segunda-edicao.pdf> - Acesso em: 29 de outubro de 2015.

LONDRES, Cecília (2012). **O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações (educação patrimonial: reflexões e práticas)**. In: TOLENTINO, Átila B. (Org.) João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba. 104p.: il. color. 30 cm. (Caderno Temático 2).

NORA, Pierre (2009). "Memória: da liberdade à tirania". In: **MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia**. n. 4. Rio de Janeiro: IBRAM.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (2005). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto.

ORIÁ, Ricardo (2005). **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br>>. Acesso em 29 de outubro de 2015.

REED, Mike (1997). **Sociologia da gestão**. Oeiros: Celta.

SANTOS, Maria C. de Lima (2013). "A educação patrimonial no meio educacional - Projeto da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - Educar para Proteger". Apresentado no **Simpósio Nacional de História**, XVII, 2013, Anais da ANPUH: Natal, pp. 1-10.

SOUZA, Flavia C. A.; WEIERS, Meirilluce S. (2010). “Uma experiência de educação patrimonial no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: provocando sensações e estimulando percepções”. In: **Revista CPC**, nº9, pp. 25-41.

SOUZA, Igor A. N. de (2014). **Na confluência da roda: educação patrimonial, diversidade cultural e a pedagogia griô**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

TEDESCO, João Carlos (2004). **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Caxias do Sul: EDUCS.